

T 4 ABR 1988

Sarney vai anunciar na TV novos planos

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney está redigindo um documento que divulgará à Nação nos próximos dias, possivelmente em rede de rádio e televisão. Nele alinhará princípios político-doutrinários e propostas administrativas e econômicas. No setor político, procurará demonstrar que seu governo cumpriu as promessas e contribuiu para a conclusão da transição democrática, a se caracterizar quando da promulgação da nova Constituição e reafirmará o compromisso feito ao assumir o poder. No plano econômico, apresentará definições e iniciativas administrativas. Fará referência às medidas recentemente adotadas e por adotar, todas elas, em seu entender, destinadas a estimular a reativação da economia, com ênfase para os investimentos do setor privado. Deverá ainda manifestar-se contra a recessão.

Para auxiliares presidenciais de primeiro nível, tanto o documento quanto sua apresentação servirão para formalizar a nova fase do governo, só agora livre para desempenhar uma ação dinâmica e ordenada. Porque, como dizia ontem o ministro da Habitação, Prisco Viana, até há pouco o presidente da República era um prisioneiro dos partidos. Obrigou-se, desde sua posse, a administrar crises. Teve de aguardar a definição dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e cumprir a transição. Obteve, há três semanas, importante vitória, com a manutenção do presidencialismo e a definição dos mandatos presidenciais em cinco anos. Agora, parte para a realização de um programa, até para justificar os quase dois anos que lhe restam, sem as limitações anteriores. Esse programa irá reabilitar o governo na área administrativa. A idéia é desenvolvê-lo com os partidos políticos, no sentido de um esforço comum para recuperar a economia, especialmente no combate à inflação.

O presidente, disse Prisco Viana, não está interessado na realização de nenhuma grande obra material, exceção do início da implantação da ferrovia Norte-Sul, dados os componentes políticos da iniciativa. Sendo do Nordeste, não poderia deixar de realizar algumas obras específicas para a região. Mas a capacidade de investimento do Estado não será aplicada em iniciativas novas senão em consertar a economia, tarefa à qual se dedicará de corpo e alma. Redução de gastos e privatização constituem duas linhas básicas dessa fase final de governo, que prevê também a extinção de estatais, como as da área siderúrgica. A intenção de Sarney, conforme seu ministro da Habitação, é acabar com a holding Siderbrás. Na área do aço, a iniciativa privada está tecnicamente capacitada, com know-how, podendo assumir sozinha os encargos, sem a presença do Estado.

O ânimo do presidente está elevado, como acentua Prisco Viana, por conta da liberdade de que passou a dispor. Não precisa mais dar satisfação aos partidos nem acautelar-se de reações retaliatórias, ainda que pretenda continuar com eles. Poderá ser o que é, por inteiro, ocupando uma posição em que sua permanência no poder não depende mais de decisões partidárias. Aquele jogo anterior, cheio de ameaças,

acabou. Não existe mais. Por muito tempo o próprio PMDB se recusou a antecipar a questão do mandato, apesar dos apelos de Sarney. É que o objetivo era mantê-lo o mais tempo possível prisioneiro de uma deliberação futura, impedindo-o de avançar.

Na visão do deputado da Bahia, não há necessidade de formar um bloco partidário para atuar na Assembleia Nacional Constituinte, onde ele já existe. Os deputados e os senadores que votaram pelos cinco anos estão aí mesmo. No primeiro momento, após a votação dos cinco anos, houve no Palácio do Planalto quem se animasse a sugerir a imediata caracterização do bloco, até como embrião de um novo partido. As coisas refluíram, porque muitas posições radicais e de oposição ao governo se devem ao debate constituinte. Quando ele acabar, cessarão vários elementos de radicalização. Os partidos, sob o aspecto constituinte, têm sido meros espectadores, mas voltarão a se articular plenamente após a promulgação. Por isso o presidente já amplia o seu diálogo com as direções partidárias. Reuniu-se com Marco Maciel e com Ulysses Guimarães, nos últimos dias. A ele não interessa romper com os partidos, ou estimular divisões em seus quadros. O que vai acontecendo nos partidos será um fenômeno natural, doutrinário e até ideológico.

A transformação do bloco em novo partido, para o ministro, seria uma operação complicadíssima. O ideal para o governo é uma recomposição com os atuais partidos, não em torno dos respectivos programas, mas de uma proposta de governo, específica em torno da consolidação democrática e da recuperação econômica.

Ulysses Guimarães mostrou-se receptivo à tese, ainda que ele suponha a apresentação de mais de uma proposta de rompimento com o governo, na convenção nacional a se realizar depois de pronta a nova Constituição. Ulysses estaria confiante em poder compor o PMDB com base em uma proposta comum, de apoio à recuperação nacional promovida por Sarney. É para onde se inclina a maioria do partido, o mesmo acontecendo no PFL. É isso que está em marcha, no comando político do governo. Funcionariam no Congresso os líderes dos partidos, e, com eles, os líderes da maioria.

Não se trata da volta da Aliança Democrática, essa armação, ainda que Sarney tenha começado seu diálogo pelo PFL e pelo PMDB. Cada legenda manterá sua identidade, mas, além das citadas, outras poderão formar com o Planalto: o PTB e o PDC, entre elas. Não seria para já a celebração desse pacto, mas após a promulgação da nova Constituição. O governo reconhece que os partidos estão em fase de mudança de comando e ainda envolvidos no final do trabalho constituinte. Qualquer acerto, agora, seria efêmero, apesar de as raízes estarem sendo plantadas.

Uma conclusão natural dos acertos que agora começam seria a reforma do Ministério, a ocorrer conjuntamente com o final da Assembleia Nacional Constituinte. Haverá um realinhamento de forças e ajustes em função dos apoios costurados. Mas não estão previstas supressões ou incorporações de ministérios.